

# Um olhar para a subjetivação na contemporaneidade

## *A look at subjectivation in contemporary times*

**Luciana Ribeiro Conz**

Este ensaio tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o que é ser contemporânea/o hoje. A partir de uma análise de como a racionalidade capitalista e neoliberal constrói um sistema de subjetivação de formas de viver, discorro sobre a produção de sujeitos autônomos e engajados na flexibilidade e na adesão ao que lhes é oferecido.

Não é de hoje que o mundo do trabalho se conecta com as expectativas pessoais, a lógica neoliberal investe consideravelmente neste aspecto, aproximando os valores e realizações pessoais da gestão econômica. A pessoa com suas competências é uma empresa que produz fluxos de renda. Isso implica uma análise desse indivíduo-empresa, uma decomposição de seus comportamentos e maneiras de ser e fazer em termos de utilidade (FOUCAULT, 2008).

O sistema econômico capitalista e neoliberal não produz somente relações de pobreza e riqueza, ele constrói todo um sistema de subjetivação de formas de se viver dentro dele. Ele não funciona apenas no registro de valores da ordem do capital, ele atua através de um modo de controle da subjetivação. A característica própria do lucro capitalista não se reduz aos modos de financiamento, ela também diz de uma tomada de poder da subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Em meados do século XX, mais especificamente nos movimentos sociais de maio de 1968, estavam sendo feitas reivindicações no mundo do trabalho por autonomia, flexibilidade e liberdade para os trabalhadores, mantendo um forte caráter de crítica ao sistema econômico e social. Para as gerações nascidas no pós-guerra, o protagonismo do Estado era excessivo e, frente ao paternalismo que levantava a bandeira do bem-estar, questionou-se a necessidade de devolver ao sujeito a prerrogativa de decidir seu destino e cultivar sua diferença (PERAN, 2016). Desta forma, as demandas pela liberdade individual e pela construção das identidades foram aparecendo e se legitimando a partir da segunda metade do século XX.

A partir da leitura de textos de gestão empresarial das décadas de 1960 e 1990, Boltanski e Chiapello (2009) traçam as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Construindo uma tese a respeito do capitalismo contemporâneo, eles afirmam que essa literatura, que não necessariamente é acadêmica, foi criada para ser lida pelos gestores, empreendedores e empresários. Essa literatura não discorre sobre questões técnicas ou processos de trabalho, seu foco está em um tipo de moral, de filosofia de espírito empresarial – que se traduz em uma série de orientações para a conduta laboral e de novos métodos de obtenção de lucro. É uma literatura de auto-aperfeiçoamento que se aproxima consideravelmente das literaturas de autoajuda, no sentido de ser prescritiva e normativa, dizer o

**Luciana Ribeiro Conz**

**Universidade Federal de  
Rondônia (UNIR)**

Professora efetiva do  
Departamento Acadêmico de  
Ciências da Administração  
(DACA) da Universidade  
Federal de Rondônia (UNIR).  
Doutoranda em Psicologia  
Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia da Universidade de  
Fortaleza (UNIFOR)

[luciana.conz@unir.br](mailto:luciana.conz@unir.br)

que deve e o que não deve ser feito quanto ao trabalho e ao lucro, mas também diz de condutas para a própria vida.

Boltanski e Chiapello (2009) perceberam que esses livros fazem uma forte defesa a autonomia, a flexibilidade e a liberdade e ajudaram a formar um novo formato de gestão. Sai a figura do chefe autoritário que determina como os trabalhadores devem agir, das regras rígidas ditadas pelas grandes empresas e começa a surgir a ideia de autogestão. A autonomia faz parte das competências do indivíduo do neoliberalismo, que não é mais um trabalhador, agora ele é uma empresa ou empresário de si mesmo (HAN, 2014). Contudo, essa empresa tem a peculiaridade de ter duração de vida, duração de vida útil, envelhecimento e obsolescência (FOUCAULT, 2008). Ele aprende, com o coach, o especialista e o gestor de projetos a ser alguém economicamente capaz e adaptável, a ser para si mesmo a fonte de sua renda.

Mais de cinquenta anos depois, nos dias atuais é possível encontrar esta mesma racionalidade não mais apenas na literatura. Ela foi refinada e disseminada pelos diversos espaços que o avanço da tecnologia proporcionou, como por exemplo, a internet. Estes discursos trazem uma nova roupagem das mesmas demandas, porém descentradas da crítica inicial e inseridas em uma nova gestão empresarial, agora como fins em si mesmas. O capitalismo contemporâneo, com sua capacidade de aproveitar as críticas feitas a ele, foi e vem sendo aprimorado. Essas críticas, ao dar visibilidade para aspectos onde o capitalismo está falhando, permite que ele se transforme, não no sentido da instauração de dispositivos mais justos, mas na aceleração dos modos de realização do lucro (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Não intento ser fatalista e afirmar que houve uma luta por direitos e condições trabalhistas que se iniciou na década de 1960 e que esta fracassou, ou mesmo que a autonomia foi coagida de seus valores iniciais ou que o “capitalismo venceu”. Quero dizer que, ao longo de todos esses anos, houve um movimento de apropriação por parte de aparatos políticos e estratégicos, tais como a literatura empresarial, de elementos que em uma época específica eram tidos como reivindicações de lutas de movimentos sociais por mudanças nas relações de trabalho. Contudo, o uso feito por este aparato empresarial destes elementos é um uso em si mesmo, que tem como finalidade a própria perpetuação de um certo status quo e que não busca uma sociedade mais igualitária e justa.

As transformações e os “avanços” tecnológicos, econômicos e sociais ocorridos desde então concretizaram uma sociedade mais liberal e “tolerante”. Eles são sedutores no sentido que multiplicam a sensação de possibilidades de realização pessoal e ampliação dos limites da condição humana, ao mesmo tempo que minimizam ou mascaram os seus efeitos destrutivos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Vive-se atualmente a possibilidade do trabalho autônomo, empreendedor, com maiores liberdades e com o sonho de com isso poder ter lucros maiores e conseqüentemente melhor qualidade de vida. Contudo, essa autonomia traz consigo o risco do fracasso sem a segurança a retaguarda que o trabalho assalariado e hierarquizado proporcionaria.

Esse afrouxamento das responsabilidades legais ganha força com a justificativa de que as pessoas são livres e capazes de tomar as melhores decisões para si mesmas e que não cabe a uma iniciativa exterior e impositiva como uma lei proibi-la de certas escolhas. A autonomia que está em jogo aqui é a mesma que reduz o indivíduo a consumidor e o corpo e a vida a objetos privados e comercializáveis, mediante mecanismos que atuam em todas as esferas, afinando procedimentos de subjetivação.

A vontade de autonomia aparentemente é emancipadora, busca resgatar no ser humano a sua capacidade de decidir e cuidar da própria

vida, contudo, essa vontade de autonomia é apropriada e se torna comum à racionalidade neoliberal. A autonomia no neoliberalismo passa pelo reconhecimento de que existem determinantes internos e externos da racionalidade humana, e através da razão reflexiva se faz a busca contínua por independência (BENEVIDES; SEVERIANO, 2012). Ela é positivada e exaltada, uma vez que ela é necessária e precisa ser solidificada.

Para que a autonomia se solidifique, ela vem sendo estimulada em todos os aspectos da vida, desde o trabalho até as relações interpessoais. Ela está relacionada à autogestão e ao autocontrole, tão necessários a um governo da vida que incentiva a flexibilidade e a adesão ao que é oferecido. Flexibilidade e adesão que não são inertes ou apáticas. São ativas. São adaptáveis, no sentido de que as pessoas devem ter capacidade de acompanhar as diversas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que vivem atualmente. Elas são movimentos e não estados de inércia de uma consciência reflexiva e soberana. A autonomia, no neoliberalismo, é ainda estimulada para que as pessoas sejam capazes de acompanhar e ter lugar no “progresso”, capazes de fazer parte das “conquistas”, se apeguem, para que elas tenham a capacidade de decidir, escolher aquilo que de fato já foi escolhido antes delas e não por elas.

O capitalismo é um sistema econômico capaz de fornecer, em termos sociais, uma maior autonomia para os cidadãos, contudo, dissociada de uma prática política. A autonomia, neste contexto, se coloca ironicamente como uma manifestação na qual o sujeito está fadado a obedecer (SEVERIANO; BENEVIDES, 2012).

“Nada é imposto, pois ele adere ao projeto” (CHIAPELLO; BOLTANSKI, 2009, p. 105). Em uma trama sutil, flexível e inteligente, que escapa de toda visibilidade (HAN, 2014) cuida de que o sujeito, que não se vê nessa trama e se presume livre e autônomo, se submeta voluntariamente a ela. Este poder não atua pela proibição ou punições, sua eficiência está justamente em ativar, motivar, otimizar a vontade dos sujeitos a seu favor.

A sociedade neoliberal contemporânea é afirmativa e sedutora e se esforça em gerar e explorar emoções positivas. Ela elimina a decisão livre em favor da livre escolha entre distintas ofertas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Os sujeitos aprendem a administrar ou conduzir os processos contínuos de mudanças ao longo da vida e a transformar suas fragilidades em competências. Desta forma, a própria individualidade ou identidade da pessoa são consideradas como imagens temporárias que se modificam de acordo com as necessidades que vão aparecendo e com as competências que vão sendo adquiridas. Na lógica da otimização pessoal, desenvolvem-se técnicas de subjetivação que atuam infinitamente no eu, buscando pensamentos negativos e tendo a si mesmo como seu maior inimigo (HAN, 2014).

A esse sujeito autônomo, engajado e que está sempre se aperfeiçoando soma-se a ideia da colaboração. Sai o trabalhador e entra o colaborador. Peran (2016) analisa que a colaboração diz de uma produção de comum que pressupõe um certo grau de suspensão da individualidade. O comum requer que a abertura para a colaboração supere a mera participação. Em um processo participativo, os sujeitos distintos se juntam para cumprir uma mesma tarefa, enquanto a colaboração teria potencial de ir além da individualidade.

O fundamento do processo colaborativo consiste na disposição atenta para com as particularidades dos sujeitos envolvidos, de forma que a confluência de várias pessoas atentas umas às outras pode criar um campo novo de possibilidades. A colaboração, portanto, seria criativa e produtora de comum. Contudo, o autor afirma que a dinâmica colaborativa tem sido utilizada de forma muito restrita, detendo-se ainda às individualidades presentes. A colaboração investe em um extenso leque de possibilidades de

como conviver com outras pessoas, mas o problema está no fato de que, principalmente sob a lógica empresarial, a colaboração se utiliza da subjetividade individual para ocupar o centro de sua dinâmica (PERAN, 2016). A colaboração que se dá entre subjetividades individuais se multiplica nos diversos projetos em que as pessoas vão se inserindo, porém, sempre como aliança de natureza estratégica que as une para superar os limites de suas autarquias (PERAN, 2016).

Em um mundo em rede, no qual as conexões têm maior probabilidade de ser lucrativas quanto mais imprevisíveis e longínquas forem, o sucesso se dará a partir da efetivação dessas alianças entre seres afastados entre si, de universos diferentes e fora do seu meio de origem e círculo de relações imediatas (PERAN, 2016). Quanto maior a autonomia das pessoas, maior e mais rápida a capacidade de se conectarem e se adaptarem às diversas e flutuantes redes. Logo, pensando a autonomia como uma competência cara à economia neoliberal, quanto maior a autonomia dos trabalhadores, maior o seu capital.

## Referências bibliográficas

- BENEVIDES, P. S.; SEVERIANO, M. F. V. Ciladas da autonomia: uma análise das governamentalidades contemporâneas. In: LIMA, A. F. (org.). **Psicologia Social Crítica: Paradoxos do Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p. 297-322.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**. Cartografias do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- HAN, B. C. **Psicopolítica: Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Barcelona: Herder, 2014.
- PERAN, M. **Indisposición General: Ensayo sobre la fatiga**. Hondarribia: Editorial Hiru, 2016.